



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 18108.000333/2007-81  
**Recurso nº** 154.606  
**Resolução nº** 2301-000.253 – 3<sup>a</sup> Câmara/1<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Data** 12 de julho de 2012  
**Assunto** Solicitação de Diligência  
**Recorrente** SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, I) Por unanimidade de votos: a) em converter o julgamento em diligência, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Marcelo Oliveira - Presidente

Adriano Gonzales Silvério - Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Marcelo Oliveira (Presidente), Damião Cordeiro de Moraes, Bernadete de Oliveira Barros, Leonardo Henrique Pires Lopes, Mauro José Silva e Adriano Gonzales Silvério.

Trata-se de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito nº 35.717.964-1, a qual exige contribuições previdenciárias, parte da empresa e terceiros sobre pagamentos efetuados a segurados empregados e contribuintes individuais.

Narra, ainda, que a recorrente declarou-se erroneamente no código FPAS 639, destinado às entidades filantrópicas no gozo da isenção das quotas patronais.

O sujeito passivo apresentou sua impugnação alegando o seguinte: i) nulidade do lançamento eis que embasado na Medida Provisória nº 258, de 21/07/2005, a qual não fora convertida em lei; ii) que a entidade é imune às contribuições previdenciárias, em virtude do direito adquirido com base no art. 1º, §1º, do Decreto-lei n. 1.572/77.

Às fl. 135 dos autos foi determinada diligência para que o AFPS notificante informasse a “real situação do contribuinte quanto à citada isenção”.

Às fl. 138/139 a fiscal autuante esclarece o seguinte:

a) A Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa é entidade registrada no Conselho Nacional de Assistência Social desde 04.11.60, tendo o primeiro Certificado deferido em 06.07.72;

b) O contribuinte é portador de título de utilidade pública federal conforme Processo MJ n. 38.765/80 de 23.10.80, deferido pelo Decreto 86.668 de 30.11.81, publicado no Diário Oficial da União de 02.12.81;

c) O contribuinte não solicitou ao INSS — Instituto Nacional do Seguro Social o requerimento de isenção conforme determina o parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei 8.212/91.

Às fl. 147 o sujeito passivo foi intimado a se manifestar, no prazo de 15 dias, acerca da diligência realizada, sendo que, por meio da petição de fl. 151 a 154 sustentou a sua condição de ser imune às contribuições previdenciárias.

A instância manteve o lançamento na íntegra, o que ensejou a interposição do recurso voluntário, no qual preliminarmente sustenta a inexigibilidade do depósito prévio recursal e, no mérito, argui a condição de imune em relação às contribuições exigidas.

É o Relatório.

Conselheiro Adriano Gonzales Silvério, Relator

Conforme se depura dos autos do processo administrativo o Fisco, de um lado, aponta que a recorrente não detinha o direito adquirido à isenção das contribuições previdenciárias desde os idos do Decreto-lei nº 1.572/77, o qual revogou a Lei nº 3.577/59, já que, no seu entendimento, quando da publicação do citado Decreto-lei a entidade não detinha o reconhecimento de utilidade pública, o que teria ocorrido apenas em 02/12/1981, data da publicação no DOU do Decreto nº 86.668/81.

Por sua vez, sustenta a recorrente que detinha o título de utilidade pública, bem como o registro do Conselho Nacional de Assistência Social ambos na vigência da Lei nº 3.577/59, o que lhe garantiria a imunidade das contribuições previdenciárias.

A Lei nº 3.577/59, a qual tratava da “isenção” “da taxa de contribuição de previdência dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões”, assim regulava a matéria:

*“Art. 1º Ficam isentas da taxa de contribuição de previdência aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões as entidades de fins filantrópicos reconhecidas como de utilidade pública, cujos membros de suas diretorias não percebam remuneração.*

*Art. 2º As entidades beneficiadas pela isenção instituída pela presente lei ficam obrigadas a recolher aos Institutos, apenas, a parte devida pelos seus empregados, sem prejuízo dos direitos aos mesmos conferidos pela legislação previdenciária.”*

Segundo a citada Lei bastava que a entidade fosse reconhecida como de utilidade pública e os membros de suas diretorias não percebessem remuneração para que fosse desobrigada ao recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à parte da empresa, eis que permanecia a obrigação de recolher as contribuições da parte dos empregados.

O Decreto-Lei nº 1.572/77 de 1º de setembro de 1977, ao revogar a Lei nº 3.577, de 4 de julho de 1959, assim dispôs:

*“Art. 1º Fica revogada a Lei nº 3.577, de 4 de julho de 1959, que isenta da contribuição de previdência devida aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões unificados no Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, as entidades de fins filantrópicos reconhecidas de utilidade pública, cujos diretores não percebam remuneração.*

*§ 1º A revogação a que se refere este artigo não prejudicará a instituição que tenha sido reconhecida como de utilidade pública pelo Governo Federal até à data da publicação deste Decreto-lei, seja portadora de certificado de entidade de fins filantrópicos com validade por prazo indeterminado e esteja isenta daquela contribuição.*

*§ 2º A instituição portadora de certificado provisório de entidade de fins filantrópicos que esteja no gozo da isenção referida no caput deste artigo e tenha requerido ou venha a requerer, dentro de 90 (noventa)*

*dias a contar do início da vigência deste decreto-lei, o seu reconhecimento como de utilidade pública federal continuará gozando da aludida isenção até que o Poder Executivo delibere sobre aquele requerimento.*

*§ 3º O disposto no parágrafo anterior aplica-se às instituições cujo certificado provisório de entidade de fins filantrópicos esteja expirado, desde que tenham requerido ou venham a requerer, no mesmo prazo, o seu reconhecimento como de utilidade pública federal e a renovação daquele certificado.*

*§ 4º A instituição que tiver o seu reconhecimento como de utilidade pública federal indeferido, ou que não o tenha requerido no prazo previsto no parágrafo anterior deverá proceder ao recolhimento das contribuições previdenciárias a partir do mês seguinte ao do término desse prazo ou ao da publicação do ato que indeferir aquele reconhecimento.”*

Extrai-se desse diploma legal que as novas disposições acerca da obtenção da imunidade das contribuições previdenciárias (parte da empresa) não prejudicariam aquelas entidades que até a data da sua publicação reunissem os seguintes requisitos: i) fossem reconhecidas como de utilidade pública pelo Governo Federal; e ii) portadoras de certificado de entidade de fins filantrópicos com validade por prazo indeterminado.

Segundo as informações fiscais prestadas na diligência de fl. 138 a recorrente somente teria sido reconhecida como de utilidade pública federal a partir do **Processo MJ n. 38.765/80** de 23.10.80, deferido pelo Decreto 86.668 de 30.11.81, publicado no Diário Oficial da União de 02.12.81.

Contudo, consultando o Decreto nº 86.668/81 verifiquei que fora reconhecida a utilidade pública federal da Recorrente com base no **Processo MJ nº 3.231/73**. Há divergência nos autos que precisa ser sanada, haja vista que a data do pedido do reconhecimento de utilidade pública pode interferir no resultado do julgamento. Isto porque há julgados desse E. Conselho (Acórdão nº 9202-01.878, 2ª Turma da CSRF), bem como do Pretório Excelso ( RE nº 115.510-8) e do Colendo Superior Tribunal de Justiça (Resp 1027577/PR, AgRg no Resp 752101/RS) os quais atribuem efeitos *ex tunc* ao título concedido o que, no caso dos autos, implica na análise correta do regime jurídico a que está submetida a Recorrente.

Assim, voto no sentido de **CONVERTER O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA**, a fim de que a autoridade fiscal esclareça a divergência ora apontada no tocante aos processos em nome da Recorrente, referente ao pedido de reconhecimento de utilidade pública federal.

Adriano Gonzales Silvério - Conselheiro